

A crise da sucessão geracional e suas implicações na reprodução social da agricultura familiar

Resultado de investigação finalizada e discussão em teoria social fundamentada em investigações concluídas e/ou em curso

GT 5 – Desenvolvimento Rural, Globalização e Crise

Valmir Luiz Stropasolas

Resumo

O tema da sucessão profissional na agricultura familiar vem emergindo como uma das principais preocupações do Estado, bem como das entidades representativas nas regiões rurais do sul do Brasil, particularmente em SC. O questionamento por parte dos jovens da sua condição social, sobretudo por parte das moças, e a recusa em reproduzir socialmente a profissão de seus pais, já vem comprometendo a continuidade e o papel que os empreendimentos familiares possuem no desenvolvimento econômico e social dos pequenos municípios. A partir de resultados de pesquisas realizadas recentemente pelo autor, este artigo faz algumas reflexões em torno dos dilemas e conflitos vivenciados pelos jovens nas questões que afetam o processo sucessório na agricultura familiar.

Palavras-chaves: sucessão geracional, juventude, agricultura familiar.

Considerações preliminares em torno da sucessão geracional na agricultura familiar

Nunca é demais colocar-se em relevo que a agricultura e a criação de animais realizadas por agricultores familiares se constituem, ainda, na base econômica e social da maior parte dos pequenos municípios no Brasil e, especificamente, em Santa Catarina. No entanto, as novas ruralidades que emergem deste espaço societário e as renovadas funções demandadas pela sociedade às famílias rurais - entre as quais, a produção agroecológica de alimentos, a preservação dos recursos ambientais e do patrimônio histórico e cultural rural, a agroindustrialização em unidades familiares, o turismo rural, etc - podem se constituir em alicerces para o fortalecimento do tecido social das comunidades rurais, contrapondo-se à tendência verificada em muitas localidades de masculinização e envelhecimento da população rural.

Ou seja, são as escolhas da sociedade que estão em jogo e que podem definir o sentido do desenvolvimento dessas localidades, apostando-se na agricultura familiar e na instalação (obviamente com todas as condições necessárias) dos jovens no meio rural ou deixando-se as definições para as engrenagens e os mecanismos excludentes do mercado, que tendencialmente vêm acarretando o esvaziamento demográfico, a concentração fundiária e o predomínio dos grandes segmentos empresariais vinculados ao agronegócio. A expansão da pecuária de corte e do reflorestamento em grande escala em espaços outrora ocupados pela agricultura familiar nas regiões coloniais do Sul do Brasil retrata esta realidade.

Ao se analisar as concepções teóricas e as proposições de políticas, projetos e iniciativas orientados ao desenvolvimento rural e ao fortalecimento da agricultura familiar, especificamente, constatamos que há uma ênfase em se afirmar que, diante de um cenário de empobrecimento dos grupos sociais rurais, de exclusão social e de migração dos filhos de agricultores familiares, é fundamental se investir nos jovens como público estratégico das ações de desenvolvimento, visando sustar a sua saída para os centros urbanos e inseri-los nas políticas e ações implementadas em nível

local. Verificamos que em Santa Catarina, e particularmente nas regiões que temos realizado pesquisas recentemente¹, algumas experiências implementadas pelo setor público agrícola, bem como iniciativas de movimentos sociais rurais, entidades representativas sindicais e determinadas ONGs, intencionam inserir jovens rurais nas suas ações presentes ou futuras. Importa ressaltar que o público visado se concentra fundamentalmente na faixa etária de 18 a 25 anos, que é o segmento de idade e grupo social escolhido pelas instituições oficiais para realizar os seus investimentos, seja em processos de capacitação ou mesmo na alocação de recursos financeiros e produtivos. Embora determinadas iniciativas pontuais mobilizadas pelas entidades tenham sido promissoras na inserção de jovens, inclusive com casos específicos de retorno ao meio rural de jovens que haviam deixado as propriedades de seus pais², de maneira geral ainda se verifica uma tendência de migração seletiva de jovens, sobretudo das filhas de agricultores familiares, tendo em vista a não resolução de determinados problemas estruturais que afetam a agricultura familiar e, sobretudo, a juventude rural.

Nesse processo, é importante ressaltar que a maior parte do público juvenil ainda não tem sido incluído satisfatoriamente nas políticas e programas, nem acessado suficientemente os recursos disponibilizados pelas instituições. Por outro lado, constatamos uma lacuna essencial nesse processo: a invisibilidade das crianças e adolescentes rurais e a precária e insuficiente abordagem da infância rural na literatura e nas iniciativas das instituições que atuam nas comunidades rurais. Nesse sentido, a compreensão da origem dos problemas que afetam os jovens rurais deve ser buscada ainda na infância, em que se concebem, formam e se reproduzem os conceitos, os valores, as escolhas, as possibilidades e as oportunidades que moldam e marcam indelevelmente a trajetória social da juventude. Entendo que não conteremos a erosão social e a migração juvenil se não incluirmos na análise, nas pesquisas e nas políticas as crianças e, particularmente, as representações construídas em torno da infância. Acredito que compreender a condição social da infância no campo é adentrar num terreno fértil e revelador das mudanças em curso nas comunidades rurais, pois as crianças se constituem em “portas de entrada” para a compreensão dos processos sociais mais abrangentes.

Assim, estamos diante de uma instigante e complexa problemática social: se a juventude, por um lado, passa a ser o público estratégico para o desenvolvimento rural, por outro, diminui drasticamente nas comunidades rurais o número de indivíduos que poderia assumir este papel, pois ao alcançarem esta faixa etária os jovens e, sobretudo, as moças, vem recusando assumir a sua condição social no meio rural migrando para as cidades em busca de uma profissão alternativa à de agricultor(a).

Os dilemas da juventude no processo sucessório da agricultura familiar

O processo sucessório é comumente reconhecido como a transferência de poder e de patrimônio entre as gerações que se sucedem no âmbito da produção agrícola familiar, a retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor(a) (ABRAMOVAY et alii, 1998). Para Silvestro *et alli* (2001), o processo sucessório na agricultura familiar, não é objeto de planejamento sistemático por parte da família, nem recebe qualquer tipo de atenção ou subsídio vindo de instituições públicas ou representativas.

¹ As reflexões presentes nesse artigo são fundamentadas em resultados de pesquisas do autor, entre as quais: Gênero, suinocultura e biogás: a participação das mulheres na divisão social do trabalho familiar, realizada em 2011 na região Oeste de SC; O processo sucessório na produção familiar agroecológica de leite (em andamento); As mudanças nos processos de formação e socialização das crianças e suas implicações na sucessão entre as gerações na agricultura familiar, concluída em 2013, com recursos do CNPq.

² Este retorno de jovens foi verificado na pesquisa intitulada “a participação dos jovens nas agroindústrias familiares do Litoral Sul Catarinense e as implicações no processo sucessório”, que orientei junto ao Mestrado em Agroecossistemas da UFSC, cuja dissertação foi defendida em 2012 pela mestranda Clarissa de Quadros.

Os agricultores vivem um paradoxo nas suas escolhas, encontrando-se divididos entre o desejo de ver seus filhos(as) colocados na agricultura e no meio rural, seguindo a tradição de seus antepassados, e a necessidade de buscar alternativas melhores na cidade diante da dura realidade da falta de oportunidades e de autonomia financeira verificada na atual geração de jovens nas suas comunidades de origem. Esta não deixa de ser uma das razões que explica as (in)definições e os protelamentos verificados no que se costuma definir nos estudos como processo sucessório na agricultura familiar. Obviamente que na formulação dessas estratégias, que se cruzam de forma ambígua e, muitas vezes, conflituosa, no horizonte das escolhas de pais e filhos(as), há embutida uma clivagem de gênero, em detrimento das mulheres cujas motivações para permanecerem se estreitam cada vez mais, diante da tendência de ampla exclusão da herança da propriedade (como também da dupla jornada de trabalho e da pouca valorização dos seus esforços produtivos) vivenciada pelas gerações de mulheres que se sucedem no processo sucessório da agricultura familiar. Em decorrência, de forma expressa ou silenciosa são estimuladas para a busca de outros horizontes profissionais, por sua própria vontade ou mesmo pelo “empurrãozinho” das mães, que incentivam as filhas a estudar para não repetir a trajetória difícil que vivenciaram no meio rural.

Com relação às propriedades familiares em que já não existem mais sucessores, aliado ao fato de serem estabelecimentos que possuem menos recursos materiais, financeiros e humanos, os responsáveis por esses estabelecimentos normalmente reduzem as suas motivações para fazer novos investimentos produtivos, muitas vezes devido ao fato também de que eles visualizam a possibilidade de se mudar para a sede urbana do seu município, em que via de regra possuem algum(a) filho(a) já instalado aí residindo.

São diferenciadas também as estratégias e as escolhas dependendo da condição econômica da família, sendo que as propriedades mais capitalizadas (máquinas, equipamentos, terras, recursos financeiros, filhos em idade produtiva, etc) tendem a estimular mais a permanência dos jovens na propriedade. Isto não significa dizer que as escolhas dos filhos(as) não contrariem o desejo familiar, sobretudo paterno. Cabe salientar também que, mesmo nessas condições “privilegiadas” alguns pais delegam aos seus filhos(as) as decisões entre sair e ficar e, principalmente, parcela significativa de jovens dessas propriedades acabam optando por se mudar para a cidade. Como se refere Spanevello (2008), o estímulo é dado principalmente aos filhos homens, através de investimentos monetários (sobretudo nas safras agrícolas), terra, maquinários, motocicleta, carro. Reproduz-se aqui o padrão cultural de que os filhos homens estariam mais capacitados a “tocar” a propriedade, justificando a sua escolha, e as mulheres somente são herdeiras por exceção, ou porque são filha única, celibatárias ou partilham a sucessão com o irmão que permanece no estabelecimento.

Nas gerações atuais verifica-se uma flexibilização do padrão tradicional reconhecido como “minorato”, comumente adotado nas famílias de descendentes de imigrantes europeus não ibéricos, sobretudo italianos, em que o filho mais novo herdava a terra e a responsabilidade de cuidar dos pais na velhice. Atualmente, as opções não são muitas, diante da reduzida quantidade de filhos(as) que permanecem morando com os pais e que potencialmente podem sucedê-los na propriedade, havendo uma tendência de ficar os filhos homens mais velhos (justamente os que tiveram menos investimentos educacionais) e sair os mais jovens, que são mais estimulados a continuar os estudos. No entanto, para Spanevello (2008), ainda o poder paterno é incontestável quando o assunto tratado é a sucessão. Por outro lado, constatamos também em nossas pesquisas que os próprios sucessores referendam o costume de que a transmissão do patrimônio deva ser realizada no momento em que o pai achar conveniente.

Assim, ser ou não sucessor(a) pode determinar diferentes inserções e interesses na relação com a propriedade da terra e com o próprio trabalho familiar, que pode ir do intenso envolvimento ao total afastamento e desinteresse. Temos aí várias situações: filhos que são eleitos sucessores; filhos(as) que não pretendem assumir a propriedade e não demonstram interesse pela agricultura, sugerindo a recusa de suceder aos pais e até do seu modo de vida (CHAMPAGNE, 1986); filhos que demonstram interesse

pela atividade mas que, diante da insuficiência de terra e de capital financeiro para adquirir mais terras, acabam migrando para as cidades a fim de não comprometer a reprodução da unidade familiar, decisão esta que faz parte dos arranjos familiares necessários envolvendo o processo sucessório.

Inúmeras pesquisas sobre o campesinato ou mesmo mais recentemente em torno da agricultura familiar comprovam que há um fortíssimo viés de gênero nos processos sucessórios. Ou, como afirma Castro (2008), se ser ‘jovem rural’ carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, ser ‘jovem rural’ e mulher representa uma situação de ‘inferioridade’, ainda maior, na hierarquia social. Na escolha do sucessor a preferência recai sobre o filho homem. As filhas também não parecem reivindicar esse lugar. A organização do trabalho na agricultura familiar, fortemente marcado por um viés de gênero, destina ao homem o espaço da produção, da gestão da propriedade e do trabalho ligado às atividades agrícolas. Dessa forma, as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar pelas questões relacionadas à gestão da propriedade, ao trabalho na agricultura ou à produção agropecuária de uma forma geral.

Na maioria dos casos analisados na pesquisa realizada em diversas comunidades rurais de Santa Catarina (AGUIAR & STROPASOLAS, 2010), as jovens moças se mostraram distantes das questões que envolvem o trabalho e a gestão da propriedade e, em decorrência, quase sempre não demonstram interesse pela agricultura e até um certo desinteresse pela sucessão da propriedade. Como o responsável pela parte ‘produtiva’ geralmente é o homem, o investimento no aprendizado das atividades relacionadas a essas questões recai sobre os rapazes. Assim, as moças parecem aceitar como ‘natural’ o fato do sucessor ser do sexo masculino. Ademais, o fato de saber, de antemão, que não partilhará do direito à herança da terra, desvincula-a de certa forma do compromisso de ficar na propriedade.

A migração nesses casos não é apenas uma questão de escolha entre sair e ficar, mas muitas vezes a melhor possibilidade entre os arranjos possíveis. Sem perspectiva de permanecer na agricultura como proprietária, a moça vê na cidade a possibilidade de construir-se como profissional e não somente como esposa de agricultor.

Por outro lado, há o reconhecimento de que todos os filhos, independente do sexo, têm direito à herança. Contudo, os arranjos sucessórios não passam necessariamente pela remuneração monetária de todos os herdeiros, confirmando-se que “a unidade produtiva é, ao mesmo tempo, patrimônio e forma de reprodução familiar”, de modo que “muitas vezes seu destino não responde a um critério de natureza estritamente econômica” (SILVESTRO et alii., 2001:70).

No entanto, considerando as dificuldades de se fragmentar o patrimônio fundiário familiar entre todos os filhos (em grande parte das propriedades familiares já reduzidos por divisões feitas em gerações passadas), tendo em vista a necessidade de um tamanho mínimo para viabilizar economicamente as atividades desenvolvidas no estabelecimento, um dos componentes das discussões em torno do processo sucessório é a maneira em que se realizará a compensação dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna. Cabe salientar que, nesse caso, a legislação civil pode ser acionada como um instrumento importante para que os direitos dos não herdeiros sejam considerados na hora da partilha.

Parece haver, a consciência e aceitação de que alguém deva assumir a sucessão da propriedade, responsabilizando-se pela sua gestão e pelo cuidado com os pais na velhice³. O que constatamos aqui é que os atuais proprietários dos estabelecimentos estão preocupados com a condição (financeira) de vida que irão enfrentar na sua velhice. Enfim, há esta postura precavida dos mais idosos ao negociar com os sucessores a garantia de que não serão desamparados na velhice, constituindo-se a propriedade como uma reserva de valor para ser negociada como moeda de troca com os filhos no futuro, visando a sua segurança financeira.

³ Ver PAPMA (1992).

A fala dos jovens que já se reconhecem como sucessores é revestida de um caráter moral e nessa condição eles expressam o seu compromisso (moral) para com a unidade familiar. Todos os filhos têm direito à herança, mas é comum que as filhas, por serem as primeiras a deixar a casa dos pais, vendam a sua parte para o irmão que tem interesse em continuar na propriedade, que por sua vez vende para terceiros, caso decida ele também deixá-la. E mesmo quando o pai em vida passa 'a terra adiante', ele passa para os filhos (homens) e as filhas, normalmente, ficam de fora do processo sucessório.

As filhas só se tornam herdeiras da terra em situações excepcionais, por exemplo, na morte do pai e ausência de irmãos (PAULILO, 2003). Dessa forma, é normal as filhas migrarem para a cidade ou casarem-se. Caso permaneçam na agricultura e fiquem solteiras elas continuarão na casa da família, sob a autoridade do irmão-sucessor após a morte do pai, desempenhando as mesmas funções domésticas e ajudando na lavoura sempre que necessário. Há, portanto, diferenças na relação que rapazes e moças estabelecem com a propriedade, com o patrimônio familiar e com a própria herança. No caso das moças essas diferenças se manifestam na forma desinteressada com que se colocam à margem do processo sucessório, rompendo com a possibilidade de permanecerem no meio rural em outra condição que não seja a de esposa de agricultor.

Nas pesquisas que realizamos no Oeste Catarinense constatamos que na grande maioria dos estabelecimentos familiares os responsáveis possuem acima de 45 anos de idade, evidenciando a ausência das gerações mais novas do comando dos estabelecimentos agrícolas. É importante registrar também que em parcela significativa das propriedades familiares são os aposentados que estão na frente da gestão do estabelecimento. Isto é verificado principalmente nas propriedades descapitalizadas. Por outro lado, a grande maioria dos filhos(as) que residem atualmente junto às famílias possuem até 24 anos de idade. Observa-se que, mantida as condições atuais, há um longo intervalo de tempo até que os atuais candidatos à sucessão assumam efetivamente a gestão das propriedades. E até lá? Que trajetória social seguirá este público? Principalmente considerando que a grande maioria do contingente de gestores dos estabelecimentos familiares não pretende se desfazer da propriedade enquanto tiver condições de trabalhar, enquanto a sua saúde possibilitar realizar os seus afazeres à frente das unidades produtivas.

A demora na definição dos sucessores(as) e a ampliação do horizonte profissional dos jovens implicam no atraso na discussão de questões fundamentais para a unidade de produção. Na medida em que os sucessores, de maneira geral, assumem a propriedade quando o pai se retira da atividade ou morre e, levando em consideração o fato de que vem ocorrendo o aumento na expectativa de vida profissional dos pais, os filhos acabam se mantendo na posição de dependência por mais tempo; o que afeta os projetos de vida individuais e a trajetória profissional da juventude. Por outro lado, é importante destacar que os estudos mostram que é a profissão de agricultor, entre todas, que apresenta o maior número de filhos seguindo as atividades dos pais (PAULILO, 2004).

Silvestro et al (2001), constata na sua pesquisa realizada no Oeste catarinense a necessidade de se definir políticas públicas que ajudem a fazer a transferência formal e o controle da propriedade, considerando o questionamento na reprodução social da agricultura familiar. Segundo os autores, seria preciso desenvolver mecanismos para que os filhos que desejam construir seu futuro profissional no meio rural possam ter acesso à terra. Consideram, ainda, que o arrendamento não é considerado pelos jovens como opção e há na região um grande número de propriedades que não terão sucessor ou que serão vendidas. Assim, construir políticas de acesso à terra que permitam transferir estas propriedades para aqueles jovens que desejam continuar na profissão de agricultor é uma necessidade ainda atual e urgente para o caso dessa região, mesmo porque muito pouco (ou quase nada) foi feito nessa direção pelas instituições oficiais nesses últimos anos. Avaliações de políticas públicas realizadas recentemente, como é o caso do Pronaf ou mesmo o Programa Minha Primeira Terra, do Governo Federal, indicam a insuficiência de acesso a essas políticas por parte dos jovens rurais.

No que se refere às oportunidades de sociabilidade e lazer, via de regra, são os jovens homens quem têm acesso às formas mais variadas de lazer, além de uma maior autonomia em termos de mobilidade para sair em busca de diversão. A circulação das jovens mulheres em espaços de lazer fora da comunidade é extremamente limitada. Além disso, a infraestrutura social e cultural existente na maioria das comunidades favorece a prática de esportes ditos ‘masculinos’, o que restringe ainda mais as opções das moças. Ademais, as autoridades municipais alegam que o pouco número de jovens existentes nas comunidades rurais não justifica investimentos em outras estruturas de lazer além das já existentes.

As moças não têm acesso ao carro do pai, não possui moto, nem são estimuladas, como os rapazes, a obter carta de condução de veículos, o que dificulta a sua locomoção e as torna ainda mais dependentes dos pais. Há, portanto, diferenças entre rapazes e moças no processo de socialização, na liberdade de circulação, de modo que são as moças que mais se ressentem da falta de oportunidades e de alternativas de sociabilidade e lazer no meio rural. De certa forma, a escola acaba por se constituir num espaço de lazer e de interação social para as moças, uma vez que ali elas se encontram, conversam e praticam esportes. O fato das jovens ‘não terem liberdade para sair’ estimula nelas o desejo de morar na cidade, onde ‘as moças possuem mais liberdade’.

Quanto à educação, cabe salientar que, além de normalmente não participarem de cursos profissionalizantes, parcela expressiva dos responsáveis pelos estabelecimentos afirmam que não estudam atualmente, o que ilustra a importância de se ampliar de forma efetiva e com qualidade os investimentos em educação no meio rural. O estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, figurando como condição quase que indispensável para garantir uma inserção social mais digna. Para se alcançar uma condição diferente do que representa ser agricultor(a) é preciso estudar⁴. Tal percepção traz implícitos dois aspectos. Por um lado, ela pressupõe que o agricultor(a) ocupa uma posição social de inferioridade e que nessa condição é praticamente inexistente a possibilidade de mudança de classe ou status social. Em tal pressuposto – e esse é o outro aspecto – subjaz a idéia de que para se trabalhar na agricultura não precisa estudar. Parece haver uma oposição: quem estuda quer sair, quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar (AGUIAR & STROPASOLAS, 2010).

Há diferenças entre os jovens na valorização da educação: as moças investem mais na educação que os rapazes, sobretudo para se prepararem para conseguir um emprego, uma profissão na cidade⁵. Para a moça, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior, significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se coloca como necessária para que se alcance o reconhecimento social. No caso do rapaz, o reconhecimento social não passa, necessariamente, pelo reconhecimento profissional. Na pior das hipóteses, isto é, mesmo que possua um baixo grau de escolaridade, ele será identificado e reconhecido como agricultor, o mesmo não acontecerá com a moça, que conquistará a condição de agricultora caso venha a se casar com um agricultor, mas não por ser reconhecida socialmente enquanto tal⁶.

Quanto às formas de preparo do futuro agricultor(a) nas propriedades em que já há a definição em relação ao sucessor, a maioria acompanha as atividades do dia-a-dia da propriedade. Muitos deles não estão sendo preparados para assumir as atividades da propriedade. Verifica-se uma parcela

⁴ Apesar dessa visão ser predominante, encontramos jovens que fizeram referências ao estudo como meio de aperfeiçoamento na gestão da propriedade. Nesse sentido, defendem a profissionalização do agricultor através de uma educação específica, criticando a formação escolar voltada aos interesses urbanos.

⁵ Ver Brumer, (2007); Stropasolas, (2006).

⁶ Autoras como Albert (1987), constataam que o peso das mentalidades tradicionais, sendo interiorizadas pelas mulheres, cria uma imagem à sua definição, na agricultura, associada ao âmbito da família. Essas representações não colocam em causa uma visão tradicional da mulher no meio agrícola que torna a agricultora mais esposa e mãe, em detrimento de seu papel enquanto trabalhadora agrícola.

reduzida de jovens que efetivamente está buscando uma qualificação profissional, uma baixa escolaridade formal quando se trata do preparo do futuro sucessor(a). Ainda persiste uma representação construída socialmente de que para ser agricultor(a) não precisa estudar muito, ficando no campo quem teve menos investimento educacional. Ou seja, ou se estuda ou se fica no campo.

Temos observado que o grau de participação das filhas nos processos de tomadas de decisão é maior, menor ou nulo conforme a intensidade de sua participação nas atividades consideradas ‘produtivas’ para a unidade familiar. Por exemplo, nas famílias onde a filha encontra-se envolvida apenas nas atividades domésticas sua participação nos processos decisórios é praticamente nula. Situação um pouco diferente daquela onde a filha encontra-se envolvida, por exemplo, na produção de leite, de hortaliças ou na comercialização em feiras.

Estas diferentes situações sugerem que os sistemas de produção adotados na unidade familiar podem favorecer mais ou menos a participação dos jovens, principalmente das mulheres, nos processos de decisão e provocar alterações na maneira de se fazer a gestão da propriedade. Os sistemas de produção que combinam duas, três ou mais explorações (grãos, hortaliças, leite ou suínos, aves e leite p.ex.) tende a estimular um processo de gestão menos centralizado e mais participativo, do que sistemas de produção baseados num único tipo de exploração (grãos, por exemplo).

Isso porque unidades produtivas que põem em funcionamento um conjunto variado de atividades necessitam, geralmente, da contribuição permanente do trabalho de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar precisa do acordo dos filhos(as) que trabalham na referida unidade, pois a sua força de trabalho é decisiva na execução das atividades. Os sistemas de produção diversificados, como aqueles baseados na agroecologia, por exemplo, favorecem, ainda, o acesso do(a) jovem à renda. Isto pode ser percebido especialmente quando nas atividades desenvolvidas encontrava-se a produção de leite ou de hortifrutigranjeiros para comercialização em feiras. Através dessas atividades é possível ao jovem obter uma renda mensal e semanal, respectivamente.

É importante ressaltar ainda que as atividades ligadas à produção do leite, a horta ou, enfim, às chamadas ‘miudezas’, atividades tradicionalmente relacionadas ao trabalho feminino, na medida em que vai crescendo em importância econômica, vai inserindo o trabalho das mulheres no espaço dito ‘produtivo’. A valorização desses produtos acaba valorizando as atividades a eles relacionadas e, assim, o trabalho das mulheres tende, também, a ser reconhecido. Isso favorece o aumento da participação das mulheres nos espaços de decisão da unidade familiar e, por consequência, no ambiente público, para fora da propriedade.

Considerações Finais

Se consideramos a velocidade das transformações em curso no espaço rural e na sociedade e a tendência de migração dos jovens, envelhecimento e masculinização da população que permanece no campo, e levando em conta as características culturais da sucessão – cuja solução tende a ser protelada no âmbito da família - e no número restrito de pessoas que podem se tornar sucessores no curto prazo, verificamos que não resolveremos os problemas estruturais que afetam a agricultura familiar focando exclusivamente no debate sucessório. Por outro lado, se atribuirmos apenas aos jovens a resolução desse complexo problema social e cultural ou esperarmos por sua atuação efetiva na gestão dos estabelecimentos quando tornarem-se sucessores das propriedades, possivelmente o cenário tende a se manter inalterado e permanecer o processo de esvaziamento social e demográfico das propriedades familiares e comunidades rurais. O debate em torno das mudanças necessárias no processo sucessório não deve ser desvinculado das outras questões que afetam a reprodução social da agricultura familiar na sociedade, o que engloba as problemáticas dos grupos sociais específicos, mulheres, jovens e as questões de gênero, geração, etc.

As (in)definições que interferem nesta dinâmica de reprodução social, que geram desigualdades de oportunidades entre os sexos e entre as gerações, não resultam apenas de fatores endógenos à agricultura familiar, na medida em que são influenciadas também pelas conseqüências dos problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural e que afetam, com maior ou menor intensidade, os diferentes segmentos da população rural brasileira, sobretudo os grupos sociais tradicionalmente excluídos das políticas públicas e dos direitos de cidadania.

Abordar o conjunto de questões circunscritas ao processo sucessório implica adentrar num campo pleno de padrões culturais e de conflitos de valores que afetam a trajetória social dos membros do grupo doméstico. Discutir sobre este tema não é uma tarefa fácil e nem garante soluções à curto prazo, pois nos deparamos com assuntos normalmente omitidos das agendas de discussões familiares, pelo fato de gerarem constrangimentos e por oportunizar a problematização das hierarquias de poder entre os gêneros e entre as gerações no seio do grupo doméstico. Entrar nesse jogo implica não apenas abordar o processo de transferência patrimonial familiar e a retirada das gerações mais idosas do gerenciamento da propriedade agrícola familiar, como também incorporar na análise as redefinições em curso, sobretudo nas gerações mais jovens, no que diz respeito ao lugar e ao papel ocupado por quem exerce a profissão de agricultor(a) na família, no meio rural e na sociedade. Ou seja, estamos diante de uma problemática social que envolve, por um lado, uma dimensão macroestrutural (com componentes sociais, econômicos, políticos, institucionais, etc) e, por outro, um sistema cultural com raízes históricas que é continuamente reproduzido e/ou redefinido pelos diversos segmentos da agricultura familiar.

Assim, a interpretação desse sistema e a compreensão do sentido das decisões que cercam o processo sucessório na agricultura familiar exige, além do diálogo interdisciplinar, uma postura de respeito e muita sensibilidade dos pesquisadores e demais profissionais que se envolvem nestas questões. De forma recorrente, os dados das pesquisas nos indicam que nem as famílias individualmente, nem mesmo os movimentos sociais rurais, costumam dialogar sobre as conseqüências das (in)definições implícitas nesse processo. A invisibilidade social deste debate e a lacuna existente nas pautas das instituições públicas e das entidades representativas não impedem que esta problemática aflore a cada vez que oportunizamos esse debate ou em todos os momentos em que os jovens e as mulheres, público mais afetado pelas desigualdades e hierarquias de poder existentes no meio rural, possam expressar o que pensam à respeito destas questões.

Enfim, o que está em jogo na decisão das mulheres e jovens deixarem ou não o meio rural é a realização de seus projetos individuais e a migração, muitas vezes, se apresenta como a alternativa mais viável para viabilizá-los. De um modo geral, as constatações das pesquisas indicam que, para evitar a migração de jovens e abordar de forma efetiva a problemática da sucessão geracional, as ações isoladas não resolvem, sendo necessárias estratégias integradas, multidimensionais e duradouras envolvendo todos os segmentos do grupo doméstico, que consigam atingir simultaneamente vários aspectos, entre os quais os relacionados à infraestrutura social, cultural e econômica das comunidades e famílias como, por exemplo, a ampliação das opções de sociabilidade e lazer nas comunidades, a geração de oportunidades e de alternativas de emprego e renda (sobretudo visando a autonomia de gestão e financeira de jovens e mulheres), o acesso à terra e a instalação de rapazes, moças e casais novos na agricultura com condições adequadas de crédito, assistência técnica, profissionalização, etc, a melhoria dos sistemas de transportes e de comunicação, os investimentos necessários para a organização da produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços com base em sistemas produtivos sustentáveis, a maior disponibilidade, adequação e melhoria na qualidade dos serviços vinculados à educação, saúde e cultura.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo; BALDISSERA, Ivan Tadeu.; CORTINA, Nelson; FERRARI, Dilvan; SILVESTRO, Milton e TESTA, Vilson Marcos - Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios - Chapecó, Brasília - Convênio FAO- INCRA/CPPP-EPAGRI – Edições UNESCO, 1998.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto ; STROPASOLAS, V. L. . As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. (Org.). Gênero e geração em contextos rurais. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1.
- ALBERT, Christiane. Une image sur papier glacé: l'agricultrice d'Agri-Sept, In: LAGRAVE, Rose-Marie (Orgs.). Celles de La Terre: Agricultrice l'invention politique d'un métier. Éditions de L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 1987. p. 61-85.
- BRUMER, Anita. "A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade". In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro : Mauad X, 2007. p.35-51.
- CASTRO, Elisa Guaraná. "As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais". In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; CONSUELO, Dulce; WHITAKER, Andreatta (Org.). Reforma Agrária e desenvolvimento - desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília/ São Paulo: MDA/UNIARA, 2008, p. 112-130.
- CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. IN :Paris, Cahiers d'économie et sociologie rurales, número 3, dezembro 1986,pp 74-89.
- PAPMA, Frans. Contesting the Household Estate. Southern Brazilian Peasants and Modern Agriculture. Amsterdam: Ceddla – Latin American Studies, 1992.
- PAULILO, Maria Ignez. "Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio". In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 183-210.
- PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista de Estudos Feministas, Abr 2004, vol.12, no.1, p.229-252.
- SILVESTRO, M. et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.
- SPANNEVELLO, R.M. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese (Doutor em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Rio Grande do Sul. 2008. 223 p.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC, 346 ps. , 2006.